

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Requer a solicitação de Audiência Pública para tratar do tema “a situação do sistema carcerário no Estado de Tocantins”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro à Vossa Excelência sejam convidados para comparecer em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro o secretário de segurança pública César Roberto Simoni de Freitas e o diretor do Sistema Penitenciário e Prisional do Tocantins, Gilciedson Tavares para a situação do sistema carcerário no Estado de Tocantins.

JUSTIFICATIVA

Devido ao sistema prisional tocantinense enfrentar problemas de estrutura física, já que as cadeias e os presídios do Estado estão em péssimas condições e, também, por reiteradas vezes os presos conseguirem se comunicar de dentro dos presídios e cadeias com seus parceiros do crime para fomentar as ações criminosas, venho por meio, deste requerimento, solicitar, audiência pública, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a

investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro para ouvir o secretário de segurança pública César Roberto Simoni de Freitas e o diretor do Sistema Penitenciário e Prisional do Tocantins, Gilciedson Tavares na tentativa de esclarecer a situação do sistema carcerário no Estado de Tocantins.

Sabe-se, inclusive, que ações criminosas estariam sendo comandadas de dentro dos presídios durante o fim de semana. Ações que já desencadearam uma série de crimes no Estado. A fim de tentar solucionar tais problemas no sistema carcerário do Estado esta audiência pública visa ouvir as autoridades supracitadas e tentar buscar ações afirmativas na tentativa de equacionar esses problemas.

Os problemas de superlotação são constantes no Estado como a Unidade de Barra da Grotta que é a maior do Estado e abriga cerca de 440 presos, que são divididos em quatro por cela e a segurança feita por apenas 20 agentes prisionais. Esta falta de agentes é também verificada nas outras unidades do Estado, como na CPP de Palmas. Infelizmente com os presos se comunicando sem serem importunados, pois as cadeias e os presídios sequer têm sistemas de bloqueio de celulares e com o contingente de policiais muito pequeno para enfrentar essa situação não se vislumbra uma melhora na segurança pública do Tocantins, pelo contrário, a tendência é uma piora e um crescimento da violência.

Diante do exposto, apresento o presente requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação. A fim de tentar solucionar tais problemas no sistema carcerário do Estado.

Sala da Comissão, em 28 de março de 2015

CARLOS HENRIQUE GAGUIM
Deputado Federal PMDB/TO